



Termo de Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº 51/2022

Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº 51/2022-DI

Processo Administrativo nº TJ-ADM-2022/58819

Contratante: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, n.560, Centro Administrativo da Bahia – CAB.

Contratada: AMANKAY INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS, inscrito no CNPJ sob nº 64.728.579/0001-96 e com endereço na Rua Pergentino de Freitas, nº 50, Brooklin, São Paulo/SP, CEP 04.623.140.

Objeto: para ministrar, através da docente MARTA ESTEVES ALMEIDA GIL, o Curso “Acessibilidade e inclusão no ambiente do TJBA”, autoinstrucional e assíncrono, com produção de conteúdo, com carga horária total de 10 horas/aula, destinado aos Magistrados e Servidores, consoante detalhado no Plano da Capacitação.

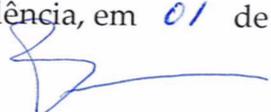
Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Prazo de execução: 30 (trinta) dias.

Base Legal: Artigo 60, II, § 2º c/c artigo 23, inciso VI, da Lei 9.433/2005.

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária 04.601, Unidade Gestora 0010- UNICORP, Projeto 5438, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Subelementos 39.11, Fonte 120, conforme dotação orçamentária à fl. 103, do Processo nº TJ-ADM-2022/58819.

Gabinete da Presidência, em 01 de novembro de 2022.


DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia



UNICORP - UNIVERSIDADE CORPORATIVA**DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 051/2022 - DI**

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e AMANKAY INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS, inscrito no CNPJ de n. 64.728.579/0001-96 Objeto: Curso "Acessibilidade e inclusão no ambiente do TJBA", autoinstrucional e assíncrono, com produção de conteúdo, com carga horária total de 10 horas/aula. Prazo: 30 dias. Valor total: R\$9.000,00 (nove mil reais) que será atendida mediante recurso da Unidade Orçamentária 04.601, Unidade Gestora 0010 - UNICORP, Ação/Projeto 5438, Elementos de Despesa 3.3.90.39, Subelementos 39.11, Fonte 120, consoante PA. Nº TJ-ADM-2022/58819. Data de Assinatura: 01/11/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO****EXTRATOS DE COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL REFERENTES À 11ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2022**

(art. 60 da Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça)

22. INQUÉRITO CIVIL Nº 597.0.112135/2014

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Ambiental > Recursos Hídricos

- Direito Ambiental > Área de Preservação Permanente

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Município de Valença

OBJETO: Executar Projeto de Educação Ambiental, Eco Kids / Eco Teens, em todas as escolas da zona urbana do Município, como forma de compensação em virtude do passivo ambiental apurado.

34. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.2980/2018

ORIGEM: 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro

ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Espetinho Parada Obrigatória

OBJETO: Cessar, em caráter definitivo, a exploração econômica do estabelecimento, em razão de vedação legal contida na Lei 11.977/2009, que regulamenta o Programa Federal "Minha Casa, Minha Vida", sob pena de multa.

35. INQUÉRITO CIVIL Nº 598.9.329276/2022

ORIGEM: 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro

ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Acarajé da Nice; Angela Maria Nunes de Sales

OBJETO: Utilizar instrumento/aparelhagem de som, desde que observados os limites de pressão sonora estabelecidos em lei.

65. INQUÉRITO CIVIL Nº 600.9.26624/2017

ORIGEM: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus

ASSUNTO: Direito Ambiental > Flora

- Direito Ambiental > Recursos Hídricos

COMPROMISSÁRIO(A)(S): José Carlos Leal do Valle; Rivantonia de Jesus Alves

OBJETO: Contratar técnico capacitado para corrigir o CEFIR da propriedade. Elaborar PRADA para recuperar as áreas de preservação permanente. Distribuir panfletos educativos acerca do tema "meio ambiente".

67. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 656.9.49415/2019

ORIGEM: 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas

ASSUNTO: Direito Ambiental > Poluição

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Aristóteles Souza Nascimento; Firmino

OBJETO: Utilizar instrumentos de som de forma moderada, evitando a degradação auditiva, ou qualquer desconforto sonoro que prejudique a saúde das pessoas. Impedir que terceiros utilizem aparelhagem de som nos seus veículos, em volumes decibéis acima do limite permitido. Realizar eventos musicais apenas com a licença ambiental correlata.

69. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 126.9.85843/2018

ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Jaguaquara

ASSUNTO: Direito Civil > Obrigações > Adimplemento e Extinção > Pagamento

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Município de Itaquara

OBJETO: Efetuar o pagamento dos servidores públicos municipais, referente ao mês de dezembro de 2004.

75. INQUÉRITO CIVIL Nº 696.0.57793/2011

ORIGEM: 5ª Promotoria de Justiça de Candeias

ASSUNTO: Direito Ambiental > Dano Ambiental

COMPROMISSÁRIO(A)(S): Município de Candeias/Ba

OBJETO: Elaborar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e submetê-lo à aprovação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura do Município de Candeias.

